



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PGR-MANIFESTAÇÃO Nº. 211516/2015

***HABEAS CORPUS*** Nº 129.570/DF

**RELATOR** :MIN. DIAS TOFFOLI

**AGTE.(S)** :EQUIEL ANTONIO CAVALLARI

**AGTE.(S)** :SILVIO GUATURA ROMAO

**ADV.(A/S)** :JEFFERSON LUIZ FERREIRA DE MATTOS E OUTRO(A/S)

**AGDO.(A/S)** :PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DO CARF

Senhor Ministro-Relator,

1. Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado contra ato do Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar supostas irregularidades cometidas pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).
2. Em razão de requerimento aprovado pelo Plenário da Comissão para serem ouvidos, os pacientes pedem a expedição de salvo-conduto para que não sejam obrigados a comparecer à convocação da CPI, ou, alternativamente, para que sejam garantidas as prerrogativas constitucionais, entendidas como o direito ao silêncio, o de ser assistido por advogados e de com eles se comunicar durante a sessão e o direito contra a autoincriminação. Requerem ainda a concessão de ordem para que “*seja determinada à autoridade coatora, que se abstenha de tecer considerações desonrosas e degradantes às pessoas dos pacientes*”.

3. A liminar foi deferida apenas para “assegurar o direito constitucional ao silêncio, incluído o privilégio contra a autoincriminação,- excluída a possibilidade de serem submetidos a qualquer medida privativa de liberdade ou restritiva de direitos em razão do exercício de tais prerrogativas-, bem como o direito de serem assistido por seus advogados e de se comunicarem com eles durante sua inquirição”.

4. Contra essa decisão, foi interposto agravo regimental, no qual se insistiu no pedido para que sejam assegurados aos pacientes o direito de não atender à convocação da CPI do CARF, ou, alternativamente, a expedição de ordem para que os membros da Comissão “se abstenham de tecerem considerações desonrosas, intimidatórias, debochadas e agressivas à honra dos convocados”. O recurso foi recebido como pedido de reconsideração e, nessa qualidade, indeferido.

5. Não assiste razão ao impetrante.

6. As Comissões Parlamentares de Inquérito têm poderes instrutórios próprios das autoridades judiciais, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal, de forma que a convocação para prestar depoimento deve ser cumprida, sem prejuízo do direito ao silêncio: “O ora impetrante busca, ainda, a concessão de medida liminar que o dispense da obrigação de comparecer perante a CPI em questão. Não vejo como atender esse pedido, eis que, como se sabe, a pessoa convocada por uma CPI para depor tem um triplice dever: (a) o de comparecer, (b) o de responder às indagações e (c) o de dizer a verdade” (HC 96.982, rel. Min. Celso de Mello, Dje de 1/12/2008).

7. Insubsistente ainda o pedido para restringir a atuação parlamentar, conforme a decisão que indeferiu o pedido de reconsideração: “a regra insculpida no art. 53, caput, da Constituição Federal, é clara ao assentar a inviolabilidade dos Deputados e Senadores, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos. Logo, não cabe a esta Suprema Corte adotar qualquer medida tendente a restringir o exercício da liberdade de expressão dos membros da CPI, uma vez que acobertados pelo manto da imunidade material prevista na Constituição”.

8. Isso posto, opino pela concessão da ordem apenas para que seja assegurado o direito dos pacientes de permanecerem calados, incluído o privilégio contra a autoincriminação, o de serem assistidos por advogados e o de se comunicarem com eles durante a inquirição, nos termos da liminar deferida.

Brasília, 8 de outubro de 2015.

**EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA**  
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Leandro Miranda